



Concurso Público para provimento de cargos de
Técnico Judiciário
Área Administrativa

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

000000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 3 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver o Caderno de Questões e a sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

O documentário **E Agora?** pretende revelar detalhes do tráfico de aves silvestres no Brasil. Segundo o produtor Fábio Cavaleiro, o longa-metragem apresentará cenas de flagrantes de tráfico, as rotas do comércio ilegal e entrevistas com autoridades e representantes de ONGs.

A Agência Nacional de Cinema (Ancine) aprovou o projeto e, agora, busca-se patrocínio. A ONG SOS Fauna, especializada em resgates, foi uma das orientadoras para a produção do filme.

O longa também se propõe a discutir outro problema: o fato de que, mesmo quando salvas das mãos dos traficantes, muitas aves não são reintroduzidas na natureza.

Além da versão final editada para o cinema, as entrevistas e materiais pesquisados estarão disponíveis para pesquisadores que queiram se aprofundar no tema. A intenção é a de que o filme contribua para a educação – e, por isso, será oferecido para estabelecimentos de ensino.

Entre as espécies mais visadas pelos traficantes estão papagaios, a araponga, o pixoxó, o canário-da-terra, o tico-tico, a saíra-preta, o galo-de-campina, sabiás e bigodinho.

(O Estado de S. Paulo, A30 Vida, Planeta, 21 de novembro de 2010)

1. O assunto do texto está corretamente resumido em:

- (A) Um longa-metragem, em forma de documentário, abordará o tráfico de aves silvestres no Brasil, e terá objetivos educativos.
- (B) A Ancine deverá escolher e patrocinar a realização de alguns projetos de filmes educativos, destinados às escolas brasileiras.
- (C) ONGs voltadas para a proteção de aves silvestres buscam a realização de novos projetos, como a de filmes educativos.
- (D) Várias espécies de aves silvestres encontram-se em extinção, apesar dos constantes cuidados de ONGs destinadas à sua proteção.
- (E) Apesar das intenções didáticas, filme sobre tráfico de aves silvestres não atinge sua finalidade educativa.

2. O texto informa claramente que

- (A) o produtor do documentário sobre aves silvestres baseou-se em entrevistas com pesquisadores para desenvolver o roteiro do filme.
- (B) as discussões referentes aos diversos problemas que colocam em perigo as aves silvestres já estão em andamento na Ancine.
- (C) algumas Organizações Não Governamentais estão se propondo a proteger aves silvestres capturadas e a preparar seu retorno à natureza.
- (D) o objetivo principal do documentário será oferecer subsídios a pesquisadores interessados em estudos sobre aves silvestres brasileiras.
- (E) o projeto do documentário sobre o tráfico de aves silvestres já foi aprovado, mas ainda não há patrocinador para sua produção.

3. O longa também se propõe a discutir outro problema: o fato de que, mesmo quando salvas das mãos dos traficantes, muitas aves não são reintroduzidas na natureza.

Considere as afirmativas seguintes, a respeito do parágrafo reproduzido acima:

- I. Os dois pontos introduzem um segmento que especifica o sentido da expressão anterior a eles, *outro problema*.
- II. O segmento isolado por vírgulas no período tem sentido concessivo.
- III. Transpondo para a voz ativa a última oração do período, ela deverá ser: os traficantes não reintroduzem muitas aves na natureza.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) II.

4. A intenção é a de que o filme contribua para a educação ... (4º parágrafo)

O verbo flexionado nos mesmos tempo e modo em que se encontra o grifado acima está em:

- (A) ... e, agora, busca-se patrocínio.
- (B) A Agência Nacional de Cinema (Ancine) aprovou o projeto ...
- (C) ... o longa-metragem apresentará cenas de flagrantes de tráfico ...
- (D) ... que queiram se aprofundar no tema.
- (E) ... e, por isso, será oferecido para estabelecimentos de ensino.



Atenção: As questões de números 5 e 6 referem-se ao texto abaixo.

A bailarina

A profissão de bufarinheiro está regulamentada; contudo, ninguém mais a exerce, por falta de bufarinhas*. Passaram a vender sorvetes e sucos de fruta, e são conhecidos como ambulantes.

Conheci o último bufarinheiro de verdade, e comprei dele um espelhinho que tinha no lado oposto a figura de uma bailarina nua. Que mulher! Sorria para mim como prometendo coisas, mas eu era pequeno, e não sabia que coisas fossem. Perturbava-me.

Um dia quebrei o espelho, mas a bailarina ficou intata. Só que não sorria mais para mim. Era um cromo como outro qualquer. Procurei o bufarinheiro, que não estava mais na cidade, e provavelmente teria mudado de profissão. Até hoje não sei qual era o mágico: se o bufarinheiro, se o espelho.

* **bufarinhas** – mercadorias de pouco valor; coisas insignificantes.

(Carlos Drummond de Andrade. **Contos plausíveis**, in **Prosa Seleta**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003, p.89)

5. O texto se desenvolve como

- (A) depoimento de uma criança sobre o *espelhinho que tinha no lado oposto a figura de uma bailarina nua*, registrado em sua memória.
- (B) discussão em torno da importância de certas profissões, ainda que se destinem ao comércio de *bufarinhas*.
- (C) crítica a um tipo de vendedores que não se preocupa com valores morais, como no caso da figura da *bailarina nua* vendida a uma criança.
- (D) relato de caráter pessoal, em que o autor relembra uma situação vivida quando *era pequeno* e reflete sobre ela.
- (E) ensaio de caráter filosófico, em que o autor questiona o dilema diante de certos fatos da vida, apontado na dúvida final: *Até hoje não sei qual era o mágico*.

6. É INCORRETO afirmar que:

- (A) A exclamação *Que Mulher!* cria uma incoerência no contexto, por referir-se a uma figura feminina que era, na verdade, *um cromo como outro qualquer*.
- (B) Percebe-se, na fala do contista, certa nostalgia em relação aos *bufarinheiros*, que vendiam sonhos, embutidos nas pequenas coisas.
- (C) *Bufarinheiro* é uma palavra atualmente em desuso no idioma, porém é possível entender seu sentido no decorrer do texto.
- (D) Uma possível conclusão do texto é a de que a verdadeira mágica estava no encanto da criança, quebrado com o espelho partido.
- (E) No 1º parágrafo o autor constata mudança de hábitos na substituição das *bufarinhas* por *sorvetes e sucos de fruta*.

Atenção: As questões de números 7 a 10 baseiam-se no texto abaixo.

Na Academia Brasileira de Letras, há um salão bonito, mas um pouco sinistro. É o Salão dos Poetas Românticos, com bustos dos nossos principais românticos na poesia: Castro Alves, Gonçalves Dias, Casimiro de Abreu, Fagundes Varela e Álvares de Azevedo.

Os modernistas de 22, e antes deles os parnasianos, decidiram avacalhar com essa turma de jovens, que trouxe o Brasil para dentro de nossa literatura. Foram os românticos, na prosa e no verso, que colocaram em nossas letras as palmeiras, os índios, as praias selvagens, o sabiá, as borboletas de asas azuis, a juriti – o cheiro e o gosto de nossa gente. Não fosse o romantismo, ficaríamos atrelados ao classicismo das arcádias, à pomposidade do verso burilado. Sem falar nos poemas-piadas, a partir de 1922, todos como vanguarda da vanguarda.

Foram jovens. Casimiro morreu com 21 anos, Álvares de Azevedo com 22, Castro Alves com 24, Fagundes Varela com 34. O mais velho de todos, Gonçalves Dias, mal chegara aos 40 anos. O Salão dos Poetas Românticos é também sinistro pois é de lá que sai o enterro dos imortais, que morrem como todo mundo.

(Adaptado de Carlos Heitor Cony "Salão dos românticos". **FSP**, 16/12/2010)

7. No 2º parágrafo, identifica-se

- (A) aceitação, com ressalvas, do fato de a escola romântica ser considerada superior à parnasiana por esta última não ter sido produzida por jovens talentos.
- (B) elogio à produção literária dos autores parnasianos, cujas obras clássicas teriam inspirado o modernismo de 22.
- (C) comparação do movimento de 22 com o romantismo, e conclusão de que o primeiro, mais ousado, é superior ao segundo.
- (D) reflexão a respeito do valor dos poetas românticos brasileiros, que teriam sido injustamente criticados por parnasianos e modernistas.
- (E) constatação dos inúmeros defeitos da produção literária modernista, com base na falta de seriedade de seus autores.

8. ... pois é de lá que sai o enterro dos imortais, que morrem como todo mundo. (final do texto)

A frase acima

- (A) aponta a desvalorização dos escritores que já foram considerados os melhores do país.
- (B) produz efeito humorístico advindo do paradoxo causado por um jogo de palavras com os conceitos de mortalidade e imortalidade.
- (C) conclui que apenas os autores românticos merecem ser chamados de imortais.
- (D) repudia com sarcasmo o privilégio oferecido aos autores da Academia, pois são mortais como os demais escritores.
- (E) estabelece oposição à ideia de que o Salão dos Poetas Românticos teria algo de fúnebre.



<p>9. – o cheiro e o gosto de nossa gente. (2º parágrafo)</p> <p>O segmento acima configura-se como</p> <p>(A) ressalva ao que foi afirmado antes.</p> <p>(B) síntese valorativa da enumeração que o antecede.</p> <p>(C) causa dos fatos que foram apresentados.</p> <p>(D) opinião que sintetiza a ideia principal do parágrafo.</p> <p>(E) explicação que complementa o termo imediatamente anterior.</p>	<p>14. PowerPoint é um programa do Microsoft Office utilizado para edição e exibição de apresentações gráficas. Seu equivalente no BrOffice é o BrOffice.org</p> <p>(A) Base.</p> <p>(B) Draw.</p> <p>(C) Math.</p> <p>(D) Impress.</p> <p>(E) Writer.</p>
<p>10. O mais velho de todos, Gonçalves Dias, <u>mal chegara aos 40 anos.</u></p> <p>O segmento grifado acima poderia ser substituído, sem alterar o contexto, por:</p> <p>(A) em breve completaria.</p> <p>(B) afinal atingia.</p> <p>(C) havia acabado de completar.</p> <p>(D) haveria de ter completado.</p> <p>(E) tampouco atingira.</p>	<p>15. Em correio eletrônico, ao se enviar um e-mail, ocorre uma operação de</p> <p>(A) download.</p> <p>(B) TCP.</p> <p>(C) FTP.</p> <p>(D) HTML.</p> <p>(E) upload.</p>
<p style="text-align: center;">Noções de Informática</p> <p>11. A busca antecipada de instruções é uma técnica utilizada nos processadores dos microcomputadores atuais, de forma a acelerar a execução de um programa. As instruções são pré-carregadas da memória</p> <p>(A) principal para a memória virtual.</p> <p>(B) principal para a memória cache.</p> <p>(C) virtual para a memória principal.</p> <p>(D) cache para a memória principal.</p> <p>(E) cache para a memória virtual.</p>	<p style="text-align: center;">Noções de Arquivologia</p> <p>16. De acordo com o chamado ciclo vital dos arquivos, é na fase permanente que os documentos são</p> <p>(A) conservados em depósitos de armazenamento temporário.</p> <p>(B) descritos em instrumentos de pesquisa.</p> <p>(C) protocolados e submetidos a despacho.</p> <p>(D) avaliados e registrados em planos de destinação.</p> <p>(E) vedados ao acesso dos órgãos produtores.</p>
<p>12. O padrão de rede local no qual os dispositivos não necessitam de fios para comunicação entre si, é conhecido por</p> <p>(A) Wi-Fi.</p> <p>(B) WAN.</p> <p>(C) LAN.</p> <p>(D) MAN.</p> <p>(E) USB.</p>	<p>17. Carta e ata de apuração constituem exemplos, respectivamente, de</p> <p>(A) forma e formato.</p> <p>(B) formato e espécie.</p> <p>(C) tipo e gênero.</p> <p>(D) gênero e suporte.</p> <p>(E) espécie e tipo.</p>
<p>13. No processador de texto do Microsoft Office o texto selecionado pode ser sublinhado utilizando simultaneamente as teclas Ctrl + S e negrito utilizando simultaneamente as teclas Ctrl + N. No processador de texto do BrOffice o mesmo efeito é conseguido utilizando, respectivamente, as teclas</p> <p>(A) Ctrl + S e Ctrl + N</p> <p>(B) Ctrl + S e Ctrl + B</p> <p>(C) Ctrl + U e Ctrl + B</p> <p>(D) Ctrl + U e Ctrl + N</p> <p>(E) Ctrl + _ e Ctrl + -</p>	<p>18. A qualidade pela qual os documentos de arquivo permitem conhecer a estrutura, as funções e as atividades da instituição que os produziu ou acumulou é conhecida como</p> <p>(A) princípio da ordem original.</p> <p>(B) teoria das três idades.</p> <p>(C) conservação preventiva.</p> <p>(D) valor probatório.</p> <p>(E) tabela de temporalidade.</p>



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Noções de Direito Constitucional

19. Considere:

- I. Os analfabetos.
- II. Os maiores de setenta anos.
- III. Os estrangeiros.
- IV. Os maiores de dezesseis anos.

Podem alistar-se como eleitores as pessoas indicadas APENAS em

- (A) I, II e IV.
- (B) II, III e IV.
- (C) II e IV.
- (D) III.
- (E) III e IV.

20. É competência privativa da União

- (A) proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.
- (B) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- (C) legislar sobre direito eleitoral.
- (D) legislar sobre direito financeiro.
- (E) legislar sobre direito urbanístico.

21. Para a composição das Câmaras Municipais, nos Municípios de até 15.000 habitantes, será observado o limite máximo de

- (A) 17 Vereadores.
- (B) 15 Vereadores.
- (C) 13 Vereadores.
- (D) 11 Vereadores.
- (E) 9 Vereadores.

22. Maria foi investida no mandato de Prefeita da cidade XYZ. Tendo em vista que Maria é servidora pública da administração direta ela

- (A) não será afastada de seu cargo, se houver compatibilidade de horário, e perceberá as vantagens de seu cargo sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
- (B) será afastada de seu cargo, recebendo obrigatoriamente a remuneração relativa ao cargo eletivo.
- (C) será afastada de seu cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- (D) não será afastada de seu cargo, se houver compatibilidade de horário, e perceberá apenas as vantagens de seu cargo.
- (E) não será afastada de seu cargo, se houver compatibilidade de horário, e perceberá as vantagens apenas do cargo eletivo.

23. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o

- (A) princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- (B) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- (C) princípio majoritário, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de quatro anos.
- (D) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão cinco Senadores, com mandato de quatro anos.
- (E) sistema proporcional, sendo que cada Estado e o Distrito Federal elegerão seis Senadores, com mandato de quatro anos.

24. Considere as seguintes assertivas a respeito dos Deputados e Senadores:

- I. Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- II. Os Deputados e Senadores serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
- III. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, militares e em tempo de guerra, não dependerá de prévia licença da Casa respectiva.
- IV. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador investido no cargo de Ministro de Estado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e III.
- (D) I e IV.
- (E) III e IV.

25. O Conselho Nacional de Justiça é um órgão

- (A) do Poder Legislativo.
- (B) do Poder Judiciário.
- (C) do Poder Executivo.
- (D) independente de qualquer órgão.
- (E) vinculado ao Poder Legislativo e subordinado ao Executivo.

26. NÃO podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal:

- (A) a Confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) a Mesa do Senado Federal.
- (C) o Procurador-Geral da República.
- (D) o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.
- (E) o partido político sem representação no Congresso Nacional.



27. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado, dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, pelo
- (A) Congresso Nacional após a aprovação de seu nome pelo Presidente da República, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (B) Presidente da República após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
 - (C) Presidente da República após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (D) Senado Federal após a aprovação de seu nome pelo Presidente da República, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
 - (E) Congresso Nacional após a aprovação de seu nome pela Câmara dos Deputados, para mandato de dois anos, vedada a recondução.
-
- Direito Eleitoral**
28. Os juízes dos Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) servirão, salvo motivo justificado, por dois anos, no mínimo, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.
 - (B) são vitalícios e servirão, independentemente de mandato, até completarem setenta anos, ocasião em que serão aposentados compulsoriamente.
 - (C) servirão sempre por quatro anos, no mínimo, não podendo, porém, os respectivos mandatos alcançarem mais de duas eleições.
 - (D) poderão ser livremente exonerados por ato do Presidente da República, após o encerramento de cada período eleitoral e o julgamento de todos os recursos a este relacionados.
 - (E) serão, em sua totalidade, nomeados pelo Presidente da República entre cidadãos de notável saber jurídico, após arguição, em audiências públicas distintas, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
-
29. Dos atos, resoluções ou despachos dos Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais
- (A) caberá, dentro de 10 dias, recurso para o próprio Tribunal Regional Eleitoral.
 - (B) caberá, dentro de 10 dias, recurso para o Tribunal Superior Eleitoral.
 - (C) caberá, dentro de 3 dias, recurso para o próprio Tribunal Regional Eleitoral.
 - (D) caberá, dentro de 3 dias, recurso para o Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) não caberá recurso.
-
30. Os recursos das decisões das Juntas Eleitorais serão interpostos por petição devidamente fundamentada dirigida ao
- (A) Juiz Eleitoral.
 - (B) Tribunal Regional Eleitoral.
 - (C) Tribunal Superior Eleitoral.
 - (D) Ministério Público Eleitoral.
 - (E) Corregedor-Geral Eleitoral.
-
31. De acordo com a Resolução do TSE nº 21.538/2003, nas zonas eleitorais em que o total de transferência de eleitores ocorridas no ano em curso seja dez por cento superior ao do ano anterior, a determinação, de ofício, da revisão e correção dessas zonas eleitorais cabe ao
- (A) Juiz Eleitoral.
 - (B) Procurador-Geral Eleitoral.
 - (C) Procurador Regional Eleitoral.
 - (D) Tribunal Superior Eleitoral.
 - (E) Tribunal Regional Eleitoral.
-
32. De acordo com a Lei complementar nº 64/90 (Lei de Inelegibilidade), as arguições de inelegibilidade
- (A) serão feitas perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Governador e Vice-Governador de Estado.
 - (B) devem ser conhecidas e decididas pela Justiça Comum Estadual, quando se tratar de candidato a Vereador.
 - (C) serão feitas perante o Tribunal Superior Eleitoral, quando se tratar de candidato a Deputado Federal.
 - (D) serão feitas perante o Tribunal Regional Eleitoral, quando se tratar de candidato a Prefeito e Vice-Prefeito.
 - (E) serão feitas perante o Tribunal Regional Eleitoral, quando se tratar de candidato a Senador.
-
- Atenção:** As questões de números 33 e 34 referem-se à Lei nº 9.096/95 (Lei dos Partidos Políticos).
33. A propaganda partidária gratuita, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão, destina-se, dentre outras finalidades, a
- (A) divulgar propaganda de candidatos a cargos eletivos.
 - (B) transmitir mensagens aos filiados sobre as atividades congressuais do partido.
 - (C) defesa de interesses pessoais.
 - (D) defesa de interesse de outros partidos.
 - (E) propiciar a participação de pessoa filiada a partido que não seja o responsável pelo programa.



<p>34. No que concerne à filiação partidária,</p> <p>(A) o partido político pode estabelecer em seu estatuto prazos de filiação partidária inferiores aos previstos em lei com vistas à candidatura a cargos eletivos.</p> <p>(B) para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita ao órgão de direção municipal e ao Juiz Eleitoral da Zona em que foi inscrito, sendo que, decorridos dois dias da data da entrega da comunicação, o vínculo torna-se extinto, para todos os efeitos.</p> <p>(C) a perda dos direitos políticos pelo filiado não implica no imediato cancelamento da filiação partidária.</p> <p>(D) para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos 6 meses antes da data fixada para as eleições majoritárias ou proporcionais.</p> <p>(E) os prazos de filiação partidária fixados no estatuto do partido com vistas à candidatura a cargos eletivos podem ser alterados no ano da eleição.</p>	<p>37. As eleições para Deputado Estadual serão realizadas simultaneamente com as eleições para</p> <p>(A) Prefeito.</p> <p>(B) Vereador.</p> <p>(C) Governador do Estado e Vereador.</p> <p>(D) Prefeito e Vice-Prefeito.</p> <p>(E) Presidente da República.</p>
<p><u>Atenção:</u> As questões de números 35 a 39 referem-se à Lei nº 9.504/97 (Lei das Eleições).</p> <p>35. A propaganda exercida nos termos da legislação eleitoral</p> <p>(A) exige a prévia censura do teor dos programas a serem exibidos na televisão.</p> <p>(B) poderá ser cerceada sob o fundamento de violação de postura municipal.</p> <p>(C) submete-se plenamente ao poder de polícia, que não se restringe às providências necessárias para inibir práticas ilegais.</p> <p>(D) não poderá ser objeto de multa fundada no exercício do poder de polícia.</p> <p>(E) submete-se ao poder de polícia, que será exercido pela Polícia Federal e pelas Polícias Militares estaduais.</p>	<p>38. Os partidos políticos poderão receber doações em dinheiro ou estimáveis em dinheiro, até dez por cento dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição, de</p> <p>(A) pessoas físicas.</p> <p>(B) entidades esportivas.</p> <p>(C) entidades beneficentes.</p> <p>(D) entidades religiosas.</p> <p>(E) entidades de classe ou sindical.</p>
<p>36. É permitida a veiculação de propaganda eleitoral através de</p> <p>(A) faixas afixadas em centros comerciais, templos e ginásios.</p> <p>(B) faixas afixadas em muros, cercas e tapumes divisórios, desde que não lhe cause danos.</p> <p>(C) cavaletes e bonecos ao longo das vias públicas, desde que não dificultem o bom andamento do trânsito de pessoas e veículos.</p> <p>(D) faixas, estandartes ou assemelhados afixados em viadutos e passarelas.</p> <p>(E) pinturas e inscrições em bens particulares, desde que com cobrança ou pagamento em troca de espaço para essa finalidade.</p>	<p>39. Quando o direito de resposta tiver sido formulado por partido político em decorrência de afirmação difamatória feita no horário eleitoral gratuito, se o tempo reservado ao partido ou coligação responsável pela ofensa for inferior a um minuto, o direito de resposta</p> <p>(A) fixará prejudicado.</p> <p>(B) será levado ao ar tantas vezes quantas sejam necessárias para completar um minuto.</p> <p>(C) será levado ao ar no dobro do tempo gasto com a ofensa.</p> <p>(D) ficará restrito ao tempo da ofensa.</p> <p>(E) será levado ao ar no triplo do tempo gasto com a ofensa.</p> <p>40. A respeito do transporte de eleitores no dia da eleição, considere:</p> <p>I. Verificada a inexistência de veículos de transporte coletivos de linhas regulares, os partidos políticos poderão transportar eleitores até os locais de votação.</p> <p>II. É vedado aos candidatos ou órgãos partidários, ou a qualquer pessoa, o fornecimento de refeições aos eleitores da zona rural.</p> <p>III. Verificada a deficiência de veículos de transporte coletivos de linhas regulares, os partidos políticos poderão transportar eleitores até os locais de votação.</p> <p>Está correto o que se afirma APENAS em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) I e III.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) II.</p> <p>(E) II e III.</p>

**Noções de Direito Administrativo**

41. São princípios da Administração Pública, expressamente previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal, dentre outros,

- (A) eficiência, razoabilidade e legalidade.
- (B) motivação, moralidade e proporcionalidade.
- (C) legalidade, moralidade e impessoalidade.
- (D) publicidade, finalidade e legalidade.
- (E) eficiência, razoabilidade e moralidade.

42. Sobre o poder hierárquico, é correto afirmar:

- (A) É possível a apreciação da conveniência e da oportunidade das determinações superiores pelos subalternos.
- (B) Em geral, a responsabilidade pelos atos e medidas decorrentes da delegação cabe à autoridade delegante.
- (C) As determinações superiores – com exceção das manifestamente ilegais –, devem ser cumpridas; podem, no entanto, ser ampliadas ou restringidas pelo inferior hierárquico.
- (D) Rever atos de inferiores hierárquicos é apreciar tais atos em todos os seus aspectos, isto é, tanto por vícios de legalidade quanto por razões de conveniência e oportunidade.
- (E) A avocação de ato pelo superior não desonera o inferior da responsabilidade pelo mencionado ato.

43. Sobre o poder disciplinar, é correto afirmar:

- (A) Existe discricionariedade quanto a certas infrações que a lei não define, como ocorre, por exemplo, com o “procedimento irregular” e a “ineficiência no serviço”, puníveis com pena de demissão.
- (B) Há discricionariedade para a Administração em instaurar procedimento administrativo, caso tome conhecimento de eventual falta praticada.
- (C) Inexiste discricionariedade quando a lei dá à Administração o poder de levar em consideração, na escolha da pena, a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público.
- (D) O poder disciplinar é sempre discricionário e decorre da supremacia especial que o Estado exerce sobre aqueles que se vinculam à Administração.
- (E) É possível, em determinadas hipóteses, que a Administração deixe de punir o servidor comprovadamente faltoso.

44. No que concerne ao poder de polícia, é correto afirmar:

- (A) É vedada a utilização de meios diretos de coação.
- (B) Constitui-se somente por atividades preventivas.
- (C) É puramente discricionário.
- (D) Incide sobre pessoas.
- (E) É possível a utilização de meios indiretos de coação.

45. Um dos princípios concernentes aos serviços públicos denomina-se princípio da atualidade, que, em síntese, significa

- (A) igualdade entre os usuários dos serviços contratados.
- (B) modernidade das técnicas, melhoria e expansão do serviço.
- (C) razoabilidade no valor atualizado das tarifas exigidas.
- (D) continuidade na prestação do serviço público.
- (E) bom tratamento para com o público usuário do serviço contratado.

46. No que diz respeito aos requisitos dos atos administrativos,

- (A) a competência, no âmbito federal, é, em regra, indelegável.
- (B) o desvio de finalidade ocorre apenas se não for observado o fim público.
- (C) o motivo, se inexistente, enseja a anulação do ato administrativo.
- (D) se houver vício no objeto e este for plúrimo, ainda assim não será possível aproveitá-lo em quaisquer de suas partes mesmo que nem todas tenham sido atingidas pelo vício.
- (E) a inobservância da forma não enseja a invalidade do ato.

47. Podem ser revogados os atos administrativos

- (A) que já exauriram seus efeitos.
- (B) enunciativos, também denominados “meros atos administrativos”, como certidões e atestados.
- (C) vinculados.
- (D) que geram direitos adquiridos.
- (E) editados em conformidade com a lei.

48. Dentre outras, são características dos contratos administrativos:

- (A) comutatividade e formalidade.
- (B) informalidade e natureza *intuitu personae*.
- (C) onerosidade e inexistência de obrigações recíprocas para as partes.
- (D) presença de cláusulas exorbitantes e unilateralidade.
- (E) consensualidade e informalidade.



49. No que diz respeito à licitação, na modalidade concurso, é correto afirmar:
- (A) Os interessados devem estar previamente cadastrados.
 - (B) Destina-se à escolha de trabalho apenas científico.
 - (C) A forma de contraprestação ao vencedor é tão somente a instituição de prêmios.
 - (D) O edital deve ser publicado na Imprensa Oficial com antecedência mínima de trinta dias.
 - (E) Exaure-se com a escolha do trabalho e a contraprestação devida ao seu autor, não conferindo direito a contrato com a Administração.
50. Nos termos da Lei, a dispensa e inexigibilidade de licitação, ocorrem respectivamente:
- (A) PARA aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo e QUANDO a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
 - (B) PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade e PARA contratação de profissional de qualquer setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - (C) PARA a contratação de serviços de assessoria técnica, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização e PARA a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
 - (D) NOS casos de guerra ou grave perturbação da ordem e PARA compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.
 - (E) QUANDO houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional e PARA a contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, desde que detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos.
51. No que diz respeito ao tema cargo, emprego e função pública, é correto afirmar:
- (A) As funções de confiança, exercidas por servidores ocupantes de cargos efetivos ou não, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.
 - (B) A expressão emprego público designa uma unidade de atribuições e distingue-se do cargo público pelo tipo de vínculo que liga o servidor ao Estado; portanto, o ocupante de emprego público tem vínculo estatutário.
 - (C) A função exercida por servidores contratados temporariamente para atendimento de situações de excepcional interesse público exige, necessariamente, concurso público.
 - (D) As várias competências previstas na Constituição para os entes federativos são distribuídas entre os respectivos órgãos, os quais dispõem de determinado número de cargos criados por lei, que lhes confere denominação própria, atribuições e o padrão de vencimento ou remuneração.
 - (E) Exige-se concurso público não só para a investidura em cargo ou emprego, como em todos os casos de função, ou seja, as exercidas temporariamente para atender necessidade de excepcional interesse público e as ocupadas para o exercício de funções de confiança.
- Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais**
52. Dentre as assertivas abaixo, NÃO é forma de provimento de cargo público
- (A) aposentadoria.
 - (B) aproveitamento.
 - (C) readaptação.
 - (D) reversão.
 - (E) recondução.
53. Quanto aos Direitos dos Servidores Públicos Federais, é correto afirmar:
- (A) O provento não poderá, em qualquer hipótese, ser objeto de sequestro ou penhora, ainda que no caso de prestação alimentícia.
 - (B) Nenhum servidor receberá remuneração ou provento inferior a dois salários mínimos.
 - (C) Salvo por imposição legal ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.
 - (D) As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior não poderão ser compensadas, não sendo assim consideradas como efetivo exercício.
 - (E) O vencimento do cargo efetivo, quando acrescido das vantagens de caráter permanente, é redutível na parcela autônoma da representação.



54. Ao servidor é permitido, dentre outras hipóteses,
- (A) participar de gerência de sociedade privada, exceto na qualidade de acionista.
 - (B) ausentar-se do serviço, durante o expediente, com ou sem prévia autorização do chefe imediato.
 - (C) praticar usura sob qualquer de suas formas.
 - (D) dar fé a documentos públicos.
 - (E) promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.

55. Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/99), é correto afirmar que

- (A) a motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais, não constará da respectiva ata ou de termo escrito.
- (B) o indeferimento de alegação de suspeição de servidor ou autoridade, poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.
- (C) os prazos começam a correr a partir da data da sua edição, incluindo-se na contagem o dia do começo e excluindo-se o do vencimento.
- (D) os atos administrativos deverão ser motivados, salvo quando decidam recursos administrativos ou decorram de reexame de ofício.
- (E) podem ser objeto de delegação, além de outros, a edição de atos de caráter normativo.

56. O servidor público que frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente, estará sujeito nos termos da Lei de Improbidade Administrativa, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos de

- (A) dois a cinco anos, pagamento de multa civil de até seis vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de três anos.
- (B) três a cinco anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de sete anos.
- (C) cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de cinco anos.
- (D) sete a nove anos, pagamento de multa civil de até quatro vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de dez anos.
- (E) oito a dez anos, pagamento de multa civil de até cinco vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público, pelo prazo de nove anos.

Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Tocantins

57. No inquérito administrativo instaurado contra juiz eleitoral e que correr com a presença do Procurador-Regional ou seu delegado será o acusado notificado da matéria da acusação, para apresentar, se quiser, defesa, no prazo de Apresentada ou não a defesa, proceder-se-á a inquirição das testemunhas, inclusive as indicadas pelo acusado, até o número de testemunhas na presença do Procurador-Regional, e às diligências que se tornarem necessárias para a elucidação da verdade, devendo a Secretaria certificar o número de inquéritos respondidos pelo juiz eleitoral.

O prazo e o número de testemunhas, que preenchem corretamente as lacunas do texto acima, são, respectivamente,

- (A) quarenta e oito horas - três
- (B) três dias - oito
- (C) cinco dias - seis
- (D) dez dias - sete
- (E) quinze dias - cinco

58. Quanto ao funcionamento do Tribunal, dentre outras hipóteses, é correto que

- (A) o impedimento eventual de qualquer membro do Tribunal ou do Ministério Público, que tenha participado da sessão cuja ata estiver sob apreciação, deverá ser registrado.
- (B) no caso de impedimento de juiz, o feito não será redistribuído de forma automática, nem se fará qualquer compensação.
- (C) o julgamento que tiver sido iniciado prosseguirá, computando-se os votos já proferidos, salvo se o juiz afastado for o relator.
- (D) tratando-se de matéria administrativa ou orçamentária, as deliberações serão sempre imotivadas e tomadas pela maneira absoluta de seus membros.
- (E) as petições relativas a processos já distribuídos, dirigidas ao Presidente, só serão juntadas aos respectivos autos, após despacho deste e submetidas, em seguida, à apreciação do Relator.

59. Nos processos junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins, caberá recurso, no prazo de

- (A) sete dias, com efeito suspensivo, do despacho do revisor que indeferir a prisão preventiva.
- (B) cinco dias, sem efeito suspensivo, do despacho do relator que conceder fiança.
- (C) três dias, com efeito suspensivo, do despacho do relator que deferir a realização de qualquer diligência.
- (D) quarenta e oito horas, sem efeito suspensivo, do despacho do Presidente, que deferir qualquer prova.
- (E) dez dias, com ou sem efeito suspensivo, do despacho do revisor que indeferir a prisão provisória.

60. Os membros do Tribunal terão direito a cédula de identidade fornecida

- (A) pelo Secretário de Administração.
- (B) pelo Corregedor-Geral.
- (C) pelo Procurador-Regional.
- (D) pela Presidência.
- (E) pelo Juiz Eleitoral a que estiver subordinado.